



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
04/12/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 32

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2016”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
2. PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO
3. AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.
4. REQ. N. 1512/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 439/2015, DATADO DE 19/10/2015 – FRUTEMBAL-PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
04/12/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 32

5. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2016”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

858 - Considerando o parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, em reunião de 12/11/2015, relativo à contratação da “*Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016*”, nos termos do preceituado no n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, conforme deliberação em anexo ao processo.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente, datado de 13/11/2015, foi determinada a abertura do P.A. N.º 76/2015-AP/DFTI, com o objecto “*Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016*”, cujo procedimento adotado foi o concurso público nos termos artigo 20.º n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que no âmbito do P.A. N.º 76/2015-AP/DFTI, as entidades: MDS - Corretor de Seguros, S.A.; Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.; Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A.; Caravela - Companhia de Seguros, S.A.; Corbroker, Corretores de Seguros, S.A. e SABSEG Mediação de Seguros, S.A. apresentaram declaração de não apresentação de proposta, razão pela qual o procedimento ficou deserto e que o Sr. Presidente determinou por despacho, datado de 30/11/2015, a não adjudicação do procedimento.

Considerando que, a área de património, através da informação I/1658/2015 de 30/11/2015, demonstrou que o valor do preço base do P.A. N.º 76/2015-AP/DFTI face aos valores reclamados no âmbito da participação de sinistros no ano de 2015 e anteriores, não permite a qualquer concorrente a apresentação de proposta, pelo que se procedeu à reformulação do processo dos seguros para o ano 2016, tendo sido apurado e proposto o preço base de 150.000 euros, isentos de IVA.

Considerando que a alteração do preço base implica que o processo de contratação da *"Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016"* tem de ser novamente submetido a parecer prévio vinculativo.

**Atento o exposto e considerando que:**

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria

149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração da impossibilidade do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, considerando que em sede de concurso público realizado no âmbito do PA 76/2015-AP/DFTI não foram apresentadas propostas por nenhum dos interessados mas apenas declarações da inexistência de condições para a apresentação das mesmas.

As informações I/1347/2015 e I/1480 e as requisições internas 13397, 15298 e 15299, dos serviços da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação e da Divisão de Administração e Modernização, onde se manifesta a necessidade de contratar a *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 09/11/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”*, nas classificações

orgânica/económica 0103/0103090101, 0103/0103090103 e 0103/020212, acções do PAM 2014/A/40, 2014/A/41 e 2014/A/42, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade em cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, atento o preço base a aplicar proposto pela área de património de 150.000 euros, isento de I.V.A., sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

A alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015 e o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **2 - PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO**

**O Sr. Presidente** explicou as alterações introduzidas à primeira proposta de Documentos Previsionais.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado** saudou a nova atitude do executivo e disse que se revê em quase todo este orçamento. De seguida elencou aqueles que para si são os aspetos positivos deste orçamento, apontando também o que entende serem pontos negativos bem como aqueles que podem ser corrigidos.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

- *Antes de iniciar gostaria de dizer ao Sr. Presidente que não apreciei a leitura que fez na inauguração da FAG, quando se referiu ao orçamento. Será que posso*

*entender como uma forma de pressão sobre aqueles que não são da mesma opinião que o Sr. Presidente ? Assim não é democracia.*

*As formas divergentes de pensamento são uma expressão da liberdade que nos trouxe o 25 de Abril. Será que pretende reverter esta benesse e passemos todos a exprimirmo-nos a uma só voz.*

*O orçamento não foi aprovado por incapacidade deste executivo permanente apresentar uma solução correcta para a nossa terra. Como então o Sr. Presidente disse é uma questão de democracia, no entanto não se imiscuiu de ir fazer queixas num discurso publico que leu para quem quis ouvir. Se queria dizer aquilo fazia no local apropriado – a reunião de camara. Depois não se queixe.*

*Ainda se fossem verdadeiras as palavras que proferiu, mas afirmar que se o orçamento não for aprovado levará a que os apoios que este ano estão a ser concedidos não o sejam no próximo ano, é redondamente falso. Não sei se o disse por ignorância ou para se vitimizar. Aliás dizer que se o orçamento não for aprovado vai a camara ser gerida em duodécimos é errado. As autarquias nunca são geridas em duodécimos, acredito que o disse por desconhecimento.*

*Como diz o povo “não é com vinagre que se apanham moscas”, mas pressionar os vereadores que têm opiniões diferentes daquela forma torpe ou pedir a um seu correligionário para nos provocar no jornal, a mim não me agrada e em nada ajuda a aproximar-me dos que hoje detêm o poder.*

- **PREÂMBULO DO ENQUADRAMENTO**

*“Ainda que nem todas tenham expressão no Plano de Investimentos a curto prazo, apresentando-se em rubricas abertas com valor «simbólico», ou com valor indefinido, tal deve-se aos constrangimentos orçamentais. Preferiu-se ainda assim, em algumas rubricas, manter as propostas de investimento abertas com esses valores «simbólicos», pretendendo-se com isso dar um sinal claro de que são investimentos importantes, comprometendo-se o Executivo permanente a, na primeira oportunidade, após libertação de fundos que de momento estão indisponíveis, apresentar uma Revisão ao Orçamento que enquadre devidamente estes mesmos investimentos.*

*Já assim foi nos últimos orçamentos e vejamos alguns exemplos que todos os anos vêm mencionados no orçamento, mas sem qualquer execução:*

*oficina da música; eficiência energética; centros escolares; pagamento dos 52 fogos do Camarnal; sistemas de águas residuais (Garcia, Pilado, Moita); construção de parque de veículos em fim de vida; construção de ecocentro; arranjos da rotunda do Atrium e Vidreiro; obras no edifício da biblioteca e no museu do vidro; beneficiação do espaço de recreio no Parque da Cerca; beneficiação da escola da Moita; beneficiação do Bairro Joao de Deus na Amieirinha ou da Rua do Repouso em Casal Galego, Rua da Sapinha na Moita; adutora dos Altos Picotes; ampliação da zona industrial da Marinha; construção do parque TIR; etc.*

*Para todas estas rubricas, QUAL A PRIORIDADE?*

*- Citações para enfeitar o orçamento? Onde é que eu já ouvi e li citações?*

- Carta educativa – há uma dúzia de anos que andamos para concluir e mais recentemente tivemos oportunidade para a fazer, num compromisso que assumimos, e pagámos, no âmbito da Fase 1 da revisão do PDM

- “O CMJ, em articulação e proximidade com o Executivo, tem o dever de apresentar propostas, executar programas mas, mais que tudo, ser o rosto da Política para e na Juventude.” O CMJ apresentou propostas e a resposta que teve foi que não havia verba. Para além disso está funcionar mal, pois os jovens não podem votar, dado o erro que existe no regulamento e não foi alterado, apesar de ter sido detectado e levantado

- “Implementar o Orçamento Participativo Jovem” – façam um regulamento que não seja apenas para obra, mas também acções e iniciativas jovens.

- “A saúde é o bem mais precioso que qualquer Pessoa possui” – mas que verba temos destinada a gastar com a saúde? (€ 1.765,00)

- perdemos nesta proposta de orçamento a “Criação de gabinete municipal de apoio psicossocial;” – lamentável

- o PDM vai ser concluído em 2016 ??? – mais uma acção que se sabe não será cumprida – descrédito

- Na última reunião de camara foi dito e veio plasmado no jornal da Marinha que “O futuro mercado municipal da Marinha Grande será objeto de ampla discussão pública - “está tudo em cima da mesa”.

Agora no orçamento vem a dizer sobre “mercado municipal a candidatura prevê a possibilidade de construir o Mercado na zona dos actuais estaleiros municipais”. Então candidatamos o mercado para o local e depois dizemos que pode não ser ali!!!! – temos aqui a comprovação de que está definido o local que este executivo permanente tem para o mercado. Aliás até o projecto já está a ser feito para aquele local. De que serve andar a dizer que será posto a discussão pública quando já está decidido? Isto não é sério.

- já existe uma Loja Social Municipal, que tem um protocolo da Camara com a Associação Novo Olhar II e o RCMG. O que vai acontecer a esta Loja Social? Quer dizer usamos estas instituições e agora que já precisamos delas descartamo-las?

- ARU / ORU – apoios comunitários. Já está em execução algum apoio neste âmbito? Uma pessoa que adquira um imóvel tem isenção de IMT? Para quando a execução destas medidas de apoios?

- “Promover a eficiência energética,” – de que forma e onde/como está espelhado no orçamento? Foi retirado a eficiência energética em jardins-de-infância, jardins de 1º ciclo, habitação social, e pavilhões desportivos

- “uma política de apoio à Indústria e às Empresas” – porque continuar a insistir no apoio apenas à Indústria. Foi dito aqui pela chefe de divisão da DOT, que desde 2011, a Marinha Grande tem um maior número de trabalhadores no sector terciário (serviços). Porque insistimos em dar apoio apenas à indústria?

- “um dos maiores centros industriais, de inovação e tecnologia.” – mas então porque fazemos eventos com valores significativos apenas para o DESIGN (141.000,00€)

- “Ou ainda todo o esforço feito nos RIPM...” - Que esforço é que o executivo municipal fez para reconhecer o Interesse Público Municipal?



- *ZI: onde estão as infra-estruturas do alargamento da ZI? e a rotunda em frente à actual saída da ZI? e a saída norte?*
- *A Rota de Turismo Industrial não funciona. Não vi no orçamento nada que expresse o que irá ser feito*
- *good governance – ora aí está um tema interessante e que esta camara expressa da melhor forma.*
- *“Adjudicar o novo estudo económico que permita a revisão do Regulamento de Taxas e Licenças municipais,” mas foi feito algum estudo económico? Gostaria que me fosse facultado.*
- *“Implementar a desmaterialização dos processos de licenciamento urbanístico de modo a que os requerentes possam acompanhar e consultar o seu processo online;” – Quando? Já o projecto SAMA falava disso e nada foi feito.*
- **DESCRIÇÃO DO ENQUADRAMENTO:**
  - *Pag 18 e 19, refere ao planeamento e controlo. Como será feito para que os prazos sejam efectivamente cumpridos e as obras cumpram o que define o caderno de encargos?*
  - *Pag 20, quadro 7: já estão aqui considerados a reposição dos salários conforme está previsto pelo actual governo? - R:*
  - *Pag 42 e seguintes – o investimento em diversas áreas (educação, infraestruturas, cultura, desporto, desenvolvimento económico) está essencialmente em “financiamento não definido”, que quer dizer que não é para ser concretizado, ou a sê-lo quais são as prioridades?*
  - *Pag 42 – saneamento, águas e resíduos sólidos. Onde vai ser feito? Tojeira e Pedrulheira?*
  - *Pag 42 – está prevista neste a construção da piscina até 2019?*
  - *Pag 42 – estão previstas as variantes no GOP a 4 anos*
  - *Pag 42 – desenvolvimento económico: estão incluídas a rotunda na actual saída da ZI? a saída norte da ZI? as Infraestruturas na ampliação da ZI?*
  - *Pag 43 – nas funções sociais está incluída a creche?*
  - *Pag 46 – quadro 22: temos 10.800€ para o mercado. A informação que tivemos é que esta verba se destina à execução do projecto. É possível apresentar na camara um projecto sem definir a sua localização?*
  - *Pag 46 – quadro 22: o investimento em escolas é reduzido em quase 80%, para 44.000€. Qual a razão?*
  - *Pag 46 – quadro 22: temos 60% do investimento (2,6M€) são em “outras construções e infraestruturas”. Ou seja a maioria do investimento está numa rubrica onde não está definido. É para fazer o que quiser!!!*
  - *Pag 47 – Diz-se que o investimento em projectos (quase 50% do PPI) se destina a trazer “valor acrescentado à economia local”. Gostaria que explicassem como “a requalificação do Largo da República em Vieira de Leiria, da Beneficiação da Rua Esquerda na Moita, da Construção de Ciclovía entre Vieira de Leiria e a Praia da Vieira, da Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais Domésticas nas Trutas, Amieira e Picassinós, da beneficiação em diversos edifícios de serviços municipais, da Requalificação da Rua das Andorinhas, e da remodelação e*

*pavimentações diversas no concelho.” Trarão valor acrescentado à economia local. Quando muito ao aumento de qualidade de vida dos cidadãos, agora a economia local!!!*

*- Pag 48 – no “financiamento não definido” podem meter tudo o que se quiser. Não é orçamentado nem tem de ser cabimentado, mas não se pode dizer que está assumido que se irá fazer, e muitos menos quais as prioridades de todas aquelas coisas (Construção de centros educativos; Construção do mercado municipal; Construção de creche social; Eficiência energética em edifícios públicos; Requalificação ambiental; Promoção da valorização ambiental; Construção de infraestruturas que visam a eliminação de estrangulamentos nas principais artérias da cidade.)*

*- Pag 50 – quadro 23: a Câmara não gasta dinheiro com a saúde (1.700,00€). Porquê? Não haverá por exemplo a ajuda com medicamentos aos mais carenciados? Tem no entanto € 735 m€ em “diversas não especificadas”. O que é isto? Não se pode especificar? Ou é para deixar ao livre arbítrio?*

*- Pag 52 – quadro 25, porque temos uma redução das despesas com a família (menos de 34 m€) e um aumento de 3,6% nos órgãos da autarquia (mais 150 m€)?*

*- Pag 59 – responsabilidades contingentes – qual o valor do pedido de cada responsabilidade? Qual o valor provisionado? Sabendo que há varias dezenas de processos judiciais, considerar apenas estes no quadro não é pouco? Em que pé está o processo da Conurma?*

*Tinha pedido esta informação na apresentação do orçamento preliminar, mas insistimos nesta versão em não especificar. Porquê?*

- *Este executivo permanente está em funções há mais de seis anos e durante este período já definiu várias VISÕES para a Marinha Grande. Alguns exemplos da Visão:*

*2012 - Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento, PDM  
"Marinha Grande um concelho dinâmico virado para o futuro"*

*2014, Março - entrevista do presidente Álvaro Pereira  
"A minha visão para o futuro é a de um concelho mais solidário, no qual as pessoas se sintam bem, em que o desemprego continue a sua marcha de redução, mas em que o emprego seja cada vez mais um emprego de qualidade, que dê o devido valor ao trabalho. A minha visão para o futuro é ainda a de um concelho que se afirma na região e no país pela sua forte dinâmica económica e em contínua melhoria da qualidade de vida dos seus residentes e daqueles que cá trabalham.*

*2014, Abril - Novo desígnio  
"Marinha Grande centro da engenharia & design"*

*2015, Novembro - Orçamento municipal 2016  
"Marinha Grande, um território de inovação que aposta na melhoria evidente da qualidade de todos os serviços que presta"*

*“Quando não sabemos para onde queremos ir, qualquer direcção nos serve”  
É a demonstração clara que este executivo não tem uma VISÃO para a Marinha Grande, tem várias, consoante sopra o vento. Mesmo assumindo o ultimo conceito neste orçamento não está claro como é que executando o que orçamentam pode fazer com que a Marinha Grande seja um território de inovação. O que aqui se apresenta é pouco inovador e deste modo é impossível que incute na terra algo de novo. Aliás nem as infraestruturas estruturantes estão assumidas como é o caso das piscinas, do desenvolvimento, infra-estruturação e acessibilidades da zona industrial, dos eixos rodoviários que retirem o trânsito (incluindo os camiões) do centro da cidade, reestruturação da adutora dos Altos Picotes, não há verbas para apostar na criação de novos equipamentos sociais, medidas de apoio às famílias. Até o mercado que está previsto no PEDU para os estaleiros, este executivo permanente insiste em dizer que não sabe se irá ser concretizado ou em que local. Os objectivos estratégicos plurianuais estão estabelecidos como se tudo fosse uma prioridade, ora a estratégia serve exactamente para isso estabelecer prioridades. O PPI e o PAM são incongruentes com a missão, a visão e objectivos estratégicos plurianuais, não revelando o que se pretende obter a médio/longo prazo com os investimentos a realizar.”*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:30 horas às 11:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que faz sempre o raciocínio de se pôr na posição do executivo permanente. Embora entenda que não é nenhum drama não haver orçamento municipal, a verdade é que não é a mesma coisa.

Tudo tem pontos fracos e pontos fortes, e não se deve desvirtuar apontando só os pontos fracos, mas sim valorizar o que é positivo. É esta a sua forma de ver as coisas. Daí que, contra ventos e marés, vá uma vez mais votar favoravelmente, porque entende que a política são as pessoas que o elegeram e votaram em si, e deve prevalecer a dignidade humana.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que também não apreciou o discurso do Sr. Presidente na abertura da FAG.

Sobre os documentos previsionais referiu que a alteração não lhe parece suficiente, porque uma coisa são as alterações pontuais e outra é verificar que as grandes alterações não estão, porque aquilo que lhe interessa é a análise global. Na declaração de voto anterior, na parte final, está expresso aquilo que pretende, pois foi uma declaração de voto

preparada anteriormente com as suas condições. Esta nova versão de “cosmética” não altera as questões fundamentais. Para si, o fundamental é o que é apresentado e aquilo para que há capacidade de executar, e não reconhece capacidade ao actual executivo para o executar.

Terminou a intervenção pedindo alguns esclarecimentos sobre o PPI e anunciando que os Vereadores da CDU, coerentemente, irão votar novamente contra.

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que subscreve o que disse o Sr. Vereador Vítor Pereira, manifestando preocupação sobre a questão do mercado, porque se diz que já se está em negociações para as acessibilidades. Entende que se trata de uma grande desonestidade política e que assim a discussão pública de nada servirá.

Também a preocupa a quebra do investimento escolar, pelo que, nesta perspetiva, não pode concordar com este orçamento.

**O Sr. Presidente** referiu que teve reuniões separadas com todos os Srs. Vereadores.

Com o Sr. Vereador Carlos Logrado teve algumas reuniões e foi possível incorporar algumas das suas propostas.

Disse que tem pena que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira não tenha apreciado o seu discurso. Garantiu que fala pela sua boca, e embora tenha que aqui prestar contas, diz aquilo que entende.

De seguida esclareceu as questões concretas colocadas pelos Srs. Vereadores nas respetivas intervenções, e que se encontram espelhadas no conteúdo das declarações de voto proferidas após a votação.

**Depois de terminar a sua intervenção, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:**

859 - Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2016, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o artigo 28.º, n.º 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

#### **GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2016-2019**

Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande no total de 39.197.744,87 € (trinta e nove milhões, cento e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e quatro euros e oitenta e *sete centimos*) e com um total de financiamento definido para o ano de 2016 de 4.471.845,96 € (*quatro milhões, quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e noventa e seis centimos*) e de não definido de 20.097.634,00 € (*vinte milhões, noventa e sete mil, seiscentos e trinta e quatro euros*);

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande no total de 52.175.376,15€ (*cinquenta e dois milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e setenta e seis euros e quinze centimos*) com um total de financiamento definido para o ano de 2016 de 10.713.118,33 € (*dez milhões, setecentos e treze mil, cento e dezoito euros e trinta e três centimos*) e de não definido de 265.120,00 € (*duzentos e sessenta e cinco mil, cento e vinte euros*) procedendo-se à análise e discussão dos mesmos.

**Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente acta, foi o mesmo aprovado, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.**

#### MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

**Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente ata, foi deliberado submetê-lo a aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 da LTFP, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

#### ORÇAMENTO PARA 2016

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2016, num total de 21.963.341,87 € (*vinte e um milhões, novecentos e sessenta e três mil, trezentos e quarenta e um euros e oitenta e sete centimos*) procedendo-se à sua análise e discussão.

**Colocados os documentos à votação foram os mesmos aprovados, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e do MpM.**

**O Sr. Vereador António Santos votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Vou votar favoravelmente este documentos (OM2016), tendo em atenção, o seguinte, a saber:*

*Um orçamento é, em todas as circunstâncias, um documento relevante para a governação. Sem a sua aprovação, podemos colocar em causa a vida das Instituições de cariz social, os transportes, entre outras atividades que, de forma directa ou indirecta vão, naturalmente, fragilizar a vida das pessoas. As pessoas e a sua dignidade humana devem estar sempre em primeiro...*

*Não sou dos políticos que querem "quanto pior melhor" para daí tirar dividendos político-partidários.*

*Sempre defendi, e defendo, que deve governar quem ganhou, nas urnas, as eleições.*

*Sempre defendi que para uma qualquer organização seja ela política ou não, deve haver consenso, deve haver estabilidade e haver, para além de tudo, um grande sentido de responsabilidade para que se verifique uma boa governabilidade. Sempre em prol das pessoas.*

*Não será com o meu voto que, quem governa, possa argumentar que não fez, esta ou aquela obra, material ou imaterial, porque tiveram sempre a obstaculização da oposição.*

*Tenho consciência que muito se podia ter feito ao longo destes mandatos. Sei o que mais se reclama para que as pessoas satisfaçam as suas necessidades. Também sei que precisam (precisamos) de infraestruturas básicas, designadamente, piscina, mercado, saneamento, creches, desmaterialização dos serviços camarários, entre outras... Trata-se de infraestruturas que outros concelhos ou até freguesias, situadas aqui bem perto do nosso, já têm. Trata-se de infraestruturas essenciais para uma vida próspera daqueles que lá vivem.*

*A proposta das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2016-2019 e o Orçamento Municipal consubstancia um amplo conjunto de orientações e atividades que devem ser executadas pelos Serviços Municipais ao longo do ano de 2016 e seguintes, esperando nós, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do concelho e a promoção da melhoria das condições de vida da população Marinhense.*

*Sabemos que não estamos apenas perante uma mudança de modelo, mas de uma alteração estrutural e organizacional da Administração Pública.*

*Mas também temos conhecimentos que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o quadriénio de 2016-2019 também se alicerçam na situação económica e financeira favorável do Município da Marinha Grande, plasmada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses reportado ao ano de 2014, a saber:*

- " 1.º Lugar no ranking global dos cinco melhores municípios do Distrito de Leiria;
- " 2.º Lugar no ranking global dos 25 melhores municípios de média dimensão;
- " 22.º Lugar no ranking dos municípios com melhor índice de dívida total.
- " 22.º Lugar no ranking global da eficiência financeira do exercício dos 25 melhores município de média dimensão.
- " 25.º No ranking dos municípios que apresentam maior independência financeira, considerando que os recursos financeiros provêm maioritariamente de receitas próprias.
- 37.º Lugar no ranking dos municípios com grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao grau de execução de receitas liquidadas, ou seja, os municípios que, na sua gestão orçamental, procuram acautelar a imprevisibilidade de cobrança da receita liquidada e que menos propensões apresentam para a existência de dívida.

*Também os limites de endividamento estabelecidos nos termos da Lei das Finanças Locais estão a ser amplamente cumpridos.*

*Só por estes factos descritos supra, é sinónimo de regozijo, mas faltam, de facto, obras que há muito andam a ser prometidas e, até à presente data, ainda estão por fazer, o que lamentamos profundamente.*

*De harmonia com o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para a Região de Leiria, o Município da Marinha Grande estabeleceu como prioridade de investimento as ações descritas, infra:*

- *Investir na educação;*
- *Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;*
- *Apoiar infraestruturas e equipamentos sociais*
  
- *Destacamos:*
  
- *Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande*
- *Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande*
- *Centro de interface de transportes urbanos*
- *Habitar ao centro: Reabilitação integral de edifícios*
  
- *Reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens*
  
- *Reabilitação integral do edifício para apoio ao Jardim Municipal Luís de Camões*
  
- *Reabilitação do espaço envolvente às intervenções no edificado do Centro Histórico*
  
- *Reabilitação integral de edifício público para instalação de um espaço comunitário-loja e cantina social, com investimento no montante de 230.000,00 Euros;*

- *Centro da Marinha Grande - um centro ao ar livre;*
- *Reabilitação dos edifícios de habitação social do bairro municipal de Casal de Malta e Praceta da Liberdade.*

***Em concreto, estão definidas para 2016, as seguintes obras:***

- *GRANDES REPARAÇÕES NO PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL;*
- *REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO - BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO;*
- *SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NAS TRUTAS;*
- *SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NA AMIEIRA;*
- *SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS EM PICASSINOS;*
- *OUTRAS CONSTRUÇÕES E REMODELAÇÕES DIVERSAS NO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE;*
- *CONSTRUÇÃO DO FURO DE CAPTAÇÃO EM PICASSINOS;*
- *EXECUÇÃO DE PIEZÓMETRO DE PESQUISA PARA EVENTUAL EXPLORAÇÃO NO PILADO;*
- *OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO FURO AC3 – PEDRULHEIRA;*
- *OBRAS DIVERSAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALTA;*
- *CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE VIEIRA DE LEIRIA À PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA COM LIGAÇÃO À ESTRADA ATLÂNTICA-INFRAESTRUTURAS REDE ÁGUAS;*
- *AQUISIÇÃO E GRANDE REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO BÁSICO PARA ABASTECIMENTO EM ALTA;*
- *REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA ALEGRIA, RUA DAS FLORES, RUA COMENDADOR SANTOS BAROSA E TRAVESSA VIEIRA DE LEIRIA;*
- *REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DIVERSOS ARRUAAMENTOS NO LUGAR DAS TRUTAS;*
- *ESTUDOS E PROJETOS NO ÂMBITO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA;*
- *CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE VIEIRA DE LEIRIA À PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA COM LIGAÇÃO À ESTRADA ATLÂNTICA;*
- *REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA REPÚBLICA EM VIEIRA DE LEIRIA;*



Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
04/12/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 32

- OBRAS DE REABILITAÇÃO NA CASA MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA - S. PEDRO DE MOEL;
- REQUALIFICAÇÃO DOS CAMPOS DE TÊNIS DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE;
- REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO;
- REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO 3 DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015;
- CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO DE ACESSO DA ZONA SUL DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE À AUTOESTRADA A8;
- REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – EMBRA;
- REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS ANDORINHAS;
- OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE;
- BENEFICIAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA - ORDEM;
- REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO - MOITA;
- OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE;
- BENEFICIAÇÃO DA RUA ESQUERDA – MOITA;
- REDE VIÁRIA NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DAS TRUTAS-FASE 1;
- REDE VIÁRIA NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DA AMIEIRA;
- REQUALIFICAÇÃO DA RUA JOAQUIM MATIAS E TRAVESSA DO COTOVELO;

*Pela panóplia de obras suprarreferenciadas, que o executivo pretende fazer ou pelo menos começar no exercício de 2016, nota-se uma clara, nítida e inequívoca pretensão de aproximação daquilo que sempre ansiei que fosse realizado em benefício das populações marinhenses, vieirenses e moitenses. Encaixam perfeitamente no nosso programa eleitoral, quer no de 2009 quer no de 2013.*

*Pensamos ser desta vez que “arranca” a desmaterialização dos serviços municipalizados. Na campanha de 2009, designamo-la por “Câmara amiga do cidadão”.*

*Houve um dever de cuidado extremo de satisfazer em termos de infraestruturas todas as freguesias do concelho de Marinha Grande, ao nível de requalificação, desporto, saneamento, rede de abastecimento de água e acção social.*

*Mas lamentavelmente, neste preciso momento, ainda andamos a discutir onde fica o mercado municipal ou a piscina. Acredito que o mercado não seja construído no mais curto*

*espaço de tempo, tendo em atenção as divergências de opinião e falta de consenso, por parte da Vereação, principalmente quanto à sua localização. As tendas medievais estão para continuar.*

*Ainda não temos saneamento básico concluído, nem perto disso, nem o centro histórico revitalizado.*

*Nas variantes já nem se fala ou escreve mas que tanta falta faz para descongestionar o centro da cidade.*

*A zona Industrial precisa de ser alargada.*

*Precisamos, ainda, de um terminal rodoviário.*

*Cada vez mais, torna-se imperioso apostar na inovação e no desenvolvimento sustentável.*

*Estas medidas eram o mínimo que se podia exigir a um executivo que tem governado com estabilidade porque para além de ter ganho as eleições autárquicas, a oposição tem sido condescendente.*

*Porque faço parte dessa oposição responsável, não utilizo a política do não só para dizer não. Lá vai o tempo, penso eu, para ser uma verdadeira e genuína oposição, era votar sempre contra. Se tal não sucedesse, já não era considerada oposição musculada.*

*Seria descontextualizado e, até irresponsável, estar a exigir tudo o que falta, tudo o que não foi feito ao longo destes mandatos por não ter havido a capacidade de concretizar o que descrevemos supra. Não vou por essa vertente.*

*Se, porventura, um documento desta envergadura não é aprovado, a gestão, verdadeiramente dita, para o futuro, deixa de ser feita e passa a ser uma mera gestão. Como dizia o professor Mota Pinto: “uma gestão comedida e sem grandes cavalgadas” A gestão camarária passa a fazer-se sem que se possam vislumbrar grandes desenvolvimentos ou melhorias para a população Marinhense, Vieirense e Moitense. E isso eu não quero.*

*O concelho estagnaria mais do que aquilo que já se encontra para além da sua solvibilidade ficar fortemente afectada.*

*Também sempre afirmei que o poder local deve governar pelo espaço de tempo previamente estipulado (4 anos). Devemos, em todas as circunstâncias, aceitar o voto popular. São estes, e só a estes, a quem compete decidir quem os deve governar.*

*Espero sinceramente que tudo o que tenho defendido, ao longo deste mandato, para bem da população do concelho de Marinha Grande, seja concretizado ou pelo menos começado em 2016, principalmente para as obras de grande vulto.*

*Ser Vereador pelo PPD/PSD, como independente, não me obriga a perder a noção do cargo que para o qual democraticamente e legalmente fui eleito e muito menos a perverter a minha dignidade e o meu carácter, em função daquilo que eu considero serem os superiores interesses do povo do Concelho da Marinha Grande e, ainda de todos os que confiaram em mim, quando depositaram o voto nas urnas. Como tal, fiel às minhas ideias, convicções e princípios, sigo e sempre seguirei aquilo que a minha consciência me diz que é o mais correcto. O humanismo está acima das vontades ou dos interesses humanos momentâneas, em função dos momentos vividos. O meu voto de aprovação do Orçamento para 2016, não é mais do que um voto contra a possível estagnação do nosso Concelho. Apesar de todas as possíveis diferenças de opinião que possam existir (e existem), não deixarei de me bater nas várias vertentes que ao longo do ano irão ser promovidas e debatidas.*

*O que eu considerar ser o melhor para a Marinha Grande, Vieira e Moita, estará sempre em cima da mesa, com propostas, alternativas ou sugestões para uma governação autárquica que contribua para o bem comum.*

*CMMG, 04 de Dezembro de 2015*

*O Vereador Municipal eleito pelo PPD/PSD, como independente.  
António Santos”*

**O Sr. Vereador Carlos Logrado votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Esta nova versão do orçamento agora aprovada é um orçamento de compromisso e diálogo.*

*Este orçamento não é o orçamento do + Concelho. É um orçamento suficientemente sólido para que no frágil equilíbrio da política concelhia, nos exija acima de tudo, uma postura de responsabilidade e respeito pelos interesses do concelho e dos munícipes. A reprovação do orçamento seria a pior das soluções para o concelho. Por isso votámos favoravelmente.*

*O orçamento é um orçamento realista e não inflacionado. Pela primeira vez no período democrático as verbas a ele alocadas correspondem às reais capacidades do concelho. A alteração nas verbas não definidas do PPI no valor anteriormente considerado de 42 milhões, para 20 milhões, é inequivocamente a prova disso, isto é, todas as rubricas com valor não definido podem ser de facto executadas porque esse valor existe de facto. Obviamente o orçamento é um documento dinâmico e isto obrigará a revisões futuras, que mais não fosse, para a integração do saldo de gerência de 2015.*

*Dos pontos fortes que queremos realçar destacam-se:*

- 1. a modernização administrativa, com uma verba superior a 1 milhão de euros;*
- 2. a eficiência municipal, com uma verba próxima do meio milhão de euros;*
- 3. o incremento das vantagens competitivas do concelho, com uma verba superior a 3 milhões e 200 mil euros;*

4. a continuidade nos investimentos nas escolas do concelho, próximo dos 800 mil euros;
5. a sinalética e a comunicação outdoor com uma verba de 70 mil euros;
6. a junção da Semana do Design e Empreendedorismo à Bienal de Arte, com uma verba de 140 mil euros;
7. a promoção da saúde no concelho, com uma verba superior a 300 mil euros;
8. o investimento na habitação social, com uma verba superior aos 700 mil euros.

*Obviamente que reconhecemos pontos negativos, alguns dos quais nos obrigariam a uma opção diferente de voto, noutras circunstâncias políticas.*

*Continuam previstos no orçamento valores avultados que terão impacto zero no desenvolvimento concelhio e para os quais existem alternativas mais racionais, menos onerosas e que defendem melhor os interesses da comunidade, nomeadamente:*

1. o investimento num mercado de raiz, com uma verba próxima dos 2 milhões e 500 mil euros;
2. a construção de um centro escolar de raiz, com uma verba de 2 milhões e 700 mil euros;
3. a subsidiação exagerada da TUMG, com uma verba próxima dos 700 mil euros;
4. o não agravamento do IMI nos prédios devolutos e abandonados.

*No entanto, ainda há tempo e condições no decurso de 2016 de corrigir estes pontos negativos, nomeadamente:*

1. transformando o mercado para uma solução multinúcleo, no centro tradicional, e utilizando o edifício já existente – r/c do ATRIUM;
2. transformando a atual solução do centro escolar em múltiplos pequenos centros escolares baseados no já existente:
  - 2.1. – o centro escolar da Embra, incluindo a piscina;
  - 2.2. – Picassinos;
  - 2.3. – Ordem.

*O orçamento que agora votámos favoravelmente é um elemento fundamental da governação.*

*No entanto, tão ou mais importante, é a sua execução no decurso de 2016.*

*Como já afirmámos várias vezes, julgamos que o atual modelo de governação não permitirá a boa e cabal utilização dos meios expressos no orçamento.*

*Nesse sentido é obrigação do PS implementar soluções que permitam aumentar a capacidade de execução do orçamento.”*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Esta proposta de orçamento não altera nada de substancial em relação à anterior mas apenas alterações cosméticas. Um bom exemplo é o enquadramento que levou umas frases citando os autores para enfeitar.*

*Esta proposta de orçamento apresenta uma despesa de investimento total de 24,5M€. Em relação à primeira proposta foram retirados 22M€, que correspondem a rubricas que tinham sido colocadas como objecto figurativo e que não havia nenhuma intenção de serem*

*feitas. Apenas como exemplo: eficiência energética em jardins-de-infância, jardins de 1º ciclo, habitação social, e pavilhões desportivos; o centro escolar da Vieira; a requalificação da área envolvente à capela do Pilado; águas residuais no Boco, Passagem e Casal d'Anja, Albergaria, Pero Neto, Marinha Pequena; remodelação da estrada Marinha-Vieira e José Gregório; rede de abastecimento de água da Rua das Cavadas na Pedrulheira, da Rua dos Francos na Amieira, da estrada da Maceira em Picassinós; a requalificação ambiental do Rio Lis, da Ribeira de S. Pedro e arribas de S. Pedro; reabilitação de obras no estádio; a ligação da Estrada do Guilherme à Estrada da Maceira; requalificação da Rua dos Boiças, em S. Pedro; a aquisição e requalificação das antigas instalações da Mortenssen.*

*Continuamos no entanto com um valor de investimento definido de 4,4M€, logo existem mais de 20 milhões de euros de previsão de despesa de investimento, para a qual não temos definida verba. Como exemplo: oficina da música; centros escolares; pagamento dos 52 fogos do Camarnal; sistemas de águas residuais (Garcia, Pilado, Moita); construção de parque de veículos em fim de vida; construção de ecocentro; arranjos da rotunda do Atrium e Vidreiro; obras no edifício da biblioteca e no museu do vidro; beneficiação do espaço de recreio no Parque da Cerca; beneficiação da escola da Moita; beneficiação do Bairro João de Deus na Amieirinha ou da Rua do Repouso em Casal Galego, Rua da Sapinha na Moita; adutora dos Altos Picotes; ampliação da zona industrial da Marinha; construção do parque TIR; etc.*

*Estas rubricas apesar de mencionadas no orçamento como não definidas, não há qualquer indicação que serão para executar, e muito menos qual a prioridade com que serão feitas.*

*Para a piscina tem apenas um valor não definido de 170m€, duma previsão de custo de 3,7M€. Quanto ao mercado, está definido no PEDU um investimento de 2 Milhões de euros, no PPI define um montante de 3.303,00€ e depois temos um valor de € 10.803,00 para o projecto do mercado. Para além disso é referido no orçamento que para o “mercado municipal a candidatura prevê a possibilidade de construir o Mercado na zona dos actuais estaleiros municipais”. Então candidatamos o mercado para um local e depois dizemos que pode não ser ali!!!! – temos aqui a comprovação de que está definido o local que este executivo permanente decidiu para o mercado. Aliás até o projecto já está a ser feito para aquele local. De que serve o Sr. Presidente andar a dizer que será posto a discussão pública, que “está tudo em cima da mesa”, quando já está decidido? Isto não é sério.*

*No mapa de pessoal estão previstos mais seis lugares de técnicos superiores a criar em áreas como contabilidade e administração, gestão de empresas/contabilidade e auditoria, administração pública, turismo, engenharia civil/geológica/electrotécnica/ambiental. No entanto, não incluímos ninguém que permita constituir um gabinete municipal de apoio psicossocial (psicologia, sociologia, política social, serviço social, etc...), nem mesmo para constituirmos o gabinete técnico de apoio ao associativismo (sociologia, desporto, etc.).*

*O Orçamento e as GOP (Grandes Opções do Plano) devem revelar e apontar a estratégia do município para os próximos quatro anos. Nos últimos três anos, sempre com este executivo permanente, tivemos várias definições (VISÃO) do que se pretende para este município, o*

*que demonstra a incapacidade de definir correctamente o que é necessário para o concelho da Marinha Grande.*

*Em 2012, no documento "Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento, PDM", diziam:  
"Marinha Grande um concelho dinâmico virado para o futuro"*

*Em 2014, Março, em entrevista do presidente Álvaro Pereira, afirmava-se:  
"A minha visão para o futuro é a de um concelho mais solidário, no qual as pessoas se sintam bem, em que o desemprego continue a sua marcha de redução, mas em que o emprego seja cada vez mais um emprego de qualidade, que dê o devido valor ao trabalho. A minha visão para o futuro é ainda a de um concelho que se afirma na região e no país pela sua forte dinâmica económica e em contínua melhoria da qualidade de vida dos seus residentes e daqueles que cá trabalham.*

*Em 2014, Abril, apresentaram um novo desígnio para o concelho:  
"Marinha Grande centro da engenharia & design"*

*Neste orçamento para 2016 e como VISÃO que hoje têm para o concelho, definiram o seguinte:  
"Marinha Grande, um território de inovação que aposta na melhoria evidente da qualidade de todos os serviços que presta"*

*É a demonstração clara que este executivo não tem uma VISÃO para a Marinha Grande, tem várias, consoante sopra o vento. Mesmo assumindo o ultimo conceito de visão referido neste orçamento, não está claro como é que executando o que orçamentam pode fazer com que a Marinha Grande seja um território de inovação. O que aqui se apresenta é pouco inovador e deste modo é impossível que incuta na terra algo de novo. Aliás nem as infra-estruturas estruturantes estão assumidas como é o caso das piscinas; do desenvolvimento, infra-estruturação e acessibilidades da zona industrial; dos eixos rodoviários que retirem o trânsito (incluindo os camiões) do centro da cidade; reestruturação da adutora dos Altos Picotes; não há verbas para apostar na criação de novos equipamentos sociais, medidas de apoio às famílias. Até o mercado que está previsto no PEDU para os estaleiros, este executivo permanente insiste em dizer que não sabe se irá ser concretizado ou em que local.*

*E quanto a executar o que colocamos no orçamento, também temos o passado para nos dizer que planeamento, cumprimentos de prazos e controlo dos procedimentos, é algo que este executivo permanente não consegue fazer, logo não basta orçamentar, tem de se executar. Apenas como exemplo podíamos falar das últimas obras, o Edifício da Resinagem que ainda hoje tem lacunas não resolvidas ou a Casa da Cultura que foi adjudicada em 2010 para 18 meses e foi inaugurada em Novembro 2014, ou seja demorou o dobro do tempo que era previsto.*

*Os objectivos estratégicos plurianuais estão estabelecidos como se tudo fosse uma prioridade, ora a estratégia serve exactamente para isso estabelecer prioridades. O PPI e o*

*PAM são incongruentes com a missão, a visão e objectivos estratégicos plurianuais, não revelando o que se pretende obter a médio/longo prazo com os investimentos a realizar.*

*Em suma, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efectiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos. Na verdade esta segunda proposta de orçamento permite-nos concluir que 22 milhões de euros correspondiam a acções decorativas, o que ainda nos pode levar à reflexão sobre quantos mais euros existem nesta segunda proposta que possam ter a mesma função.*

*Que fique claro que as pseudo alterações agora apresentadas ao orçamento em nada alteram a sua essência não servem os interesses dos munícipes e não sei como é possível, ao analisar este orçamento, ver que algo vai ser diferente dos últimos 6 anos. Ficou no entanto uma questão em aberto, é como é que 1,5 vereadores vão poder executar qualquer orçamento.*

*Por não corresponder a uma ambição de desenvolvimento para a nossa terra, que garanta uma efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, voto contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2016.*

*Marinha Grande, 4 de Dezembro de 2015. "*

**Os Srs. Vereadores da CDU votaram contra e proferiram a seguinte declaração de voto:**

*"Presente a nova proposta dos Documentos Previsionais para 2016, esperavam os vereadores da CDU que a mesma fosse substancialmente diferente daquela que mereceu a rejeição da maioria dos eleitos na Câmara Municipal da Marinha Grande.*

*Engano nosso. A proposta apresentada sofreu um "banho" de cosmética, mas no essencial manteve os mesmos erros da anterior.*

*1 – Tudo cabe na nova proposta, não havendo uma clara definição de prioridades para o Concelho;*

*2 – No Plano Anual de Investimentos (PPI), continua a manter-se uma absurda disparidade entre as verbas definidas de cerca de 4,3 milhões de euros, e as verbas não definidas de cerca de 17,7 milhões de euros.*

*Além do mais, o PS não acolheu as propostas da CDU e que tínhamos considerado essenciais para aprovar quaisquer Documentos Previsionais, concretamente:*

*1 – A melhoria do parque escolar em detrimento da construção dos Centros Escolares;*

*2 – A consignação de verbas significativas para a resolução do problema do saneamento básico;*

*3 – A inclusão de verbas definidas para o sistema de abastecimento de águas;*

*4 – A construção do Mercado Municipal;*

*Na anterior declaração de voto referimos: os vereadores da CDU aprovariam os Documentos Previsionais se os mesmos refletissem uma clara aposta estratégica e transmitissem um rumo claro para o desenvolvimento da Marinha Grande com a inclusão de medidas que diminuíssem as despesas de gestão corrente e incluíssem, de forma clara e objetiva, os montantes financeiros necessários.*

*As nossas propostas não foram contempladas e os Documentos Previsionais, embora com uma nova roupagem, continuam a ser mais do mesmo, de tal forma que, se apresentássemos a nossa anterior declaração de voto, a mesma continuaria a aplicar-se a esta nova proposta.*

*Pelos motivos anteriormente apresentados e pelos motivos expostos na presente declaração, o nosso voto contra.*

*Marinha Grande, 4 de Dezembro de 2015*

*Os Vereadores da CDU"*

**O Sr. Presidente e a Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira votaram a favor e proferiram a seguinte declaração de voto:**

*"Na sequência da não aprovação dos documentos previsionais, ocorrida na reunião extraordinária de 16 de Novembro, votámos favoravelmente os documentos previsionais para 2016, ora apresentados, depois de devidamente reformulados aceitando e inserindo algumas das críticas, observações e propostas formuladas pelos Srs Vereadores na referida reunião e em reuniões posteriores de auscultação aos mesmos.*

*Os documentos previsionais para 2016 apresentam tanto ao nível da receita como da despesa valores realistas e exequíveis, continuando a preocupação de alocar a poupança corrente para investimento. Nos documentos apresentados a poupança corrente representa cerca de 19% do total da receita. Comparando a receita corrente previsional com a despesa corrente afere-se uma poupança de 4.140.885 euros, cujo montante é afeto a despesas de capital no montante de 5.107.824 de euros.*

*Por outro lado nos documentos plurianuais são inscritos os investimentos em projetos submetidos ao Mais Centro no âmbito do Portugal 2020 cujo montante ultrapassa os 12 milhões de euros e financiamento esperado de 85% do investimento. As ações incluídas nos referidos projetos: beneficiação e construção de infraestruturas no âmbito da educação, da saúde, do desporto, habitação social, requalificação urbana, desenvolvimento económico, entre outros, muito contribuíram para a melhoria das condições de vida da população e desenvolvimento do concelho.*

*As despesas inscritas em PPI, PAM e Orçamento sem plano representam 75,71% do total da despesa orçamental. Destacando-se destas:*

***Funções Gerais** representam 17,73% do PPI e PAM e inclui entre outros despesas de*



*serviços gerais, modernização administrativa, terrenos, edifícios municipais, equipamento de transporte, maquinaria e equipamento, seguros, higiene e segurança no trabalho, proteção civil, bombeiros;*

***Funções Sociais** representam 54,43% do PPI e PAM, onde se inclui entre outros a educação, infância, saúde, segurança e ação social, habitação social, cultura, desporto, apoio a organizações, ordenamento do território, água, saneamento, higiene pública e limpeza urbana, parques e jardins;*

***Funções Económicas** representam 14,78% do PPI e PAM onde se inclui entre outros a energia, parques industriais, iluminação pública, rede viária sinalização e sinalética, comércio e turismo, mercados municipais;*

***Outras Funções** – representam 13,06% do PPI e PAM e inclui as despesas de empréstimos bancários, protocolos e apoios às Juntas de Freguesia, associações de municípios e intermunicipais, associações diversas, empresas municipais, entre outras.*

*Por tudo isto e com o contributo de todos serviremos mais e melhor o Município e os Municípios pretendendo que o Concelho se torne cada vez mais um território apetecível para viver, investir e visitar.*

*Marinha Grande, 4 de Dezembro de 2015  
Os Eleitos do PS”*

### **3 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.**

86o - Considerando que:

- a) A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- b) Os compromissos plurianuais são compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido (artigo 3.º, alínea b), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- c) A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pode ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- d) O artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, admite a assunção de encargos em mais de um ano económico;

Atendendo a que:

- a) A autorização para a assunção de compromissos plurianuais relativa à reprogramação da execução de contratos administrativos já celebrados, não se

- traduz em novos encargos, mas na dilação de encargos já assumidos e em relação aos quais existe um vínculo jurídico cujo rompimento é suscetível de gerar o pagamento de indemnizações;
- b) Nos casos de reprogramação física e financeira de contratos administrativos em execução, é relevante a conformação do plano de trabalhos com a realidade física e que só após esta alteração se deve ter como genericamente autorizado o compromisso plurianual;
  - c) Os encargos decorrentes da adjudicação e ou da execução de contratos administrativos, cujo valor se situe abaixo do limite que sujeita os contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, correspondem à realização de despesas correntes e/ou de investimento diretamente destinadas à prossecução das atribuições municipais;
  - d) Em qualquer dos casos, a autorização genérica agora concedida depende de estar previamente assegurada a inclusão das verbas devidas nas Grandes Opções do Plano, nos anos em referência;

Assim, **a Câmara Municipal, com os fundamentos expostos, delibera, de acordo com o artigo 32.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, propor à Assembleia Municipal:**

A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:

- 1) À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pelo órgão competente, independentemente do valor;
- 2) Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- 3) À aprovação de revisão de preços ou atualização de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas no próprio contrato;
- 4) À atribuição de benefícios públicos, desde que decorram da aplicação do Regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande;

B) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

C) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente

em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.

D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

E) O disposto nas alíneas anteriores vigora no ano económico de 2016.

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.**

**4 - REQ. N. 1512/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 439/2015, DATADO DE 19/10/2015  
– FRUTEMBAL-PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA**

861 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1512/15, datado de 19-10-2015, apresentado por **FRUTEMBAL-PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA**, com o NIPC 501396632 e sede na Rua da Fábrica, n.º 10, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e futura ampliação do seu estabelecimento sito na mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Presente informação técnica sobre o assunto datada de 28-11-2015;

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a **sociedade Frutemba-Produção e Exportação de Embalagens, Lda**, com sede na Rua da Fábrica, n.º 10, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação do seu estabelecimento industrial, sito na morada da sua sede, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **Frutemba-Produção e Exportação de Embalagens, Lda**, com sede na Rua da Fábrica, n.º 10, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento na mesma morada que se dedica à produção e exportação de embalagens de madeira de choupo, para acondicionamento de frutos e legumes;
- Pretende legalizar as ampliações que efetuou no referido estabelecimento, que constituem as atuais instalações, e assegurar a possibilidade de as ampliar futuramente;
- O estabelecimento encontra-se implantado num prédio que se encontra, de acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, numa parte, abrangido pelo aglomerado urbano de Pilado/Escoura e, na outra, por espaço agro-florestal;
- A parte licenciada das atuais instalações, onde se localizam os serviços administrativos da empresa, apresenta uma dimensão de 140,39 m<sup>2</sup>;
- Verifica-se a necessidade de legalizar o conjunto restante das instalações, com uma área de 1.754,14 m<sup>2</sup>, local onde se processa, atualmente, a produção e o armazenamento de matérias-primas e de produto acabado;
- A interessada pretende, no futuro, proceder à ampliação da área de armazenagem em mais 760,55 m<sup>2</sup>, para garantir a otimização das áreas de produção e a proteção das embalagens produzidas;
- A área do terreno em que se situam as referidas instalações industriais, abrangida pelo aglomerado urbano de Pilado/Escoura é de cerca de 3.000,00 m<sup>2</sup>, sendo que os restantes 4.774,00 m<sup>2</sup> da totalidade dos 7.774,00 m<sup>2</sup> do terreno, se localizam em espaço “agro-florestal”;
- Cerca de 1.524,50 m<sup>2</sup> do estabelecimento encontram-se dentro da área abrangida pelos limites definidos para o aglomerado urbano de Pilado/Escoura pelo que, nesta parte, o edifício viola o n.º 10 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, PDM, por o índice de construção bruto ser de 0,51, quando deveria ser de 0,25;
- A ampliação, que a interessada pretende executar, viola a alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do referido Regulamento, por ficar encostada à extrema norte do prédio;
- A empresa iniciou a sua atividade em 1984, no local onde se encontra até à presente data, com apenas 8 trabalhadores;
- Atualmente tem ao seu serviço 74 trabalhadores, sendo que 50% dos mesmos residem no concelho;
- A construção de duas zonas para armazenagem de produto acabado possibilitará a libertação de espaço no pavilhão fabril, permitindo, de acordo com a interessada, a criação de mais 30 postos de trabalho;

- Fruto da evolução da empresa a faturação ascendeu, em 2013, a 1.460.509,89 euros (sendo que 1.449.730,85 euros corresponde a exportações) e em 2014 a 1.418.586,83 euros (neste último ano as exportações atingiram o valor de 1.406.181,82 euros);
- A deslocalização traria, segundo a interessada, custos sociais e económicos avultados, resultantes da paragem da atividade, respetivo recomeço e consequente perda de postos de trabalho;
- O estabelecimento possui infraestruturas fixas, tais como a caldeira que proporciona a secagem da madeira em estufas, que não poderiam ser reaproveitadas para serem instaladas noutro local;
- A empresa em apreço exporta cerca de 90% da sua produção;
- A aposta na exportação é um dos caminhos para relançar a economia nacional;
- É geradora de postos de emprego;
- A ampliação que se propõe fazer criará mais 30 postos de trabalho;
- Todos os fatores enunciados contribuem para o desenvolvimento da economia local e, consequentemente, para o bem-estar da população do concelho;

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal, na regularização e na futura ampliação do estabelecimento industrial, destinado à produção de embalagens, sito na Rua da Fábrica, n.º 10, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de FRUTEMBAL-PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA, com o NIPC 501396632 e sede na mesma morada.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, nos parâmetros referentes ao índice de construção e afastamento das extremas”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 74 trabalhadores, que factura 1,4M€*

*essencialmente para exportação, dedica à produção e exportação de embalagens de madeira de choupo, para acondicionamento de frutos e legumes, com as outras que aqui analisámos.*

*d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*

*e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

*Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.*

*Marinha Grande, 4 de Dezembro de 2015 ”*

**5 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

862 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...)”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio

favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.



Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
04/12/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 32

- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

863 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião